

Explicadoras na Nova Holanda: Um Estudo sobre processos informais de escolarização.

Beatriz Arosa de Mattos.

Cita:

Beatriz Arosa de Mattos (2008). *Explicadoras na Nova Holanda: Um Estudo sobre processos informais de escolarização*. IX Congreso Argentino de Antropología Social. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales - Universidad Nacional de Misiones, Posadas.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-080/153>



Explicadoras na Nova Holanda: Um Estudo sobre processos informais de escolarização.

Beatriz Arosa de Mattos,
Universidade Federal Fluminense.
beatrizarosa@yahoo.com.br

Palavras-Chave: Escolarização, socialização, explicadoras, escola.

Resumo: O presente artigo é fruto de minha dissertação de mestrado intitulada “Explicadoras na Nova Holanda: Um estudo sobre processos informais de escolarização”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (Brasil). Pretendo abordar alguns aspectos relevantes de minha pesquisa a fim de dar uma idéia geral sobre o universo das “explicadoras”, personagens comumente encontradas em áreas de baixa renda, porém bastante desconhecidas do ambiente acadêmico. As “explicadoras” são professoras leigas que ministram suas aulas no interior do espaço doméstico. Salas, cozinhas, varandas, quintais são transformados em salas de aula que abrigam uma vasta clientela. Além do mais, as “explicadoras” são dotadas de alto capital social e cultural no contexto em que se inserem, assumindo, desta forma, um papel de grande relevância para numerosas famílias da cidade do Rio de Janeiro.

Um lugar chamado Nova Holanda

Minha pesquisa teve como campo empírico a Nova Holanda, área da favela da Maré, na cidade do Rio de Janeiro. Em 2000, a população total da favela da Maré foi contabilizada em 132.176 habitantes, distribuídos em 38.273 domicílios, sendo a maior concentração de favelas da cidade¹. Assim como as demais favelas cariocas, caracteriza-se por grande concentração e crescimento, tanto populacional quanto domiciliar, com altas taxas de densidade demográfica (306,1 habitantes por 100 m²) e ocupacional (3,45 habitantes por domicílio). Atualmente a Maré se divide em dezessete subáreas, cada uma possuindo formação histórica e arquitetônica peculiar: Parque União (17.798 habitantes), Vila Pinheiros (15.485), Parque Maré (15.399), Baixa do Sapateiro (11.467), Nova Holanda (11.295), Vila do João (10.651), Rubens Vaz (7.996), Marcílio Dias (7.179), Timbau (6.031), Conjunto Esperança (5.728), Salsa e Merengue (5.309), Praia de Ramos (4.794), Conjunto Pinheiros (4.767), Nova Maré (3.142), Roquete Pinto (2.514), Bento Ribeiro Dantas (2.199) e Mandacaru (424).

Localizada às margens da Baía de Guanabara, suas primeiras ocupações datam da década de 1940. Ao contrário da maioria das favelas cariocas, que ocuparam paulatinamente as encostas dos morros, a Maré se estende sobre um terreno alagadiço e plano (à exceção do morro do Timbau). A história de sua ocupação está profundamente ligada ao desenvolvimento industrial brasileiro que toma vulto a partir da Revolução de 1930, sob o comando do presidente Getúlio Vargas. As grandes cidades brasileiras sofreram, a partir de então, um considerável acréscimo populacional, ocasionado, em grande parte, pelo fluxo migratório originário das regiões mais pobres do país.

Com a falta de uma política habitacional que respondesse à crescente demanda por moradias populares, as áreas urbanas de difícil acesso ou de posse duvidosa, passaram a abrigar um número cada vez maior de famílias². Mas foi principalmente a partir de 1946, com a abertura da Avenida Brasil, um grande eixo viário que liga os municípios da Baixada Fluminense à Zona Portuária, que a Maré passou a receber um número cada vez maior de moradores.

É importante salientar que a favela da Maré, ainda que periférica, está localizada em relativa proximidade com o núcleo metropolitano do Rio de Janeiro. Através da utilização de transporte público, podemos perfazer o trajeto Maré-Centro em cerca de meia hora. Além do mais, a Maré é assistida por diversos órgãos governamentais e civis como, por exemplo, os Programas da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, Fundação Leão XIII, ONGs como Viva Rio, FASE (Federação de Órgãos para assistência Social e Educacional), CEASM (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré), entre outros. Algumas atuações são bastante antigas e tiveram forte influência na formação histórica do local (Fundação Leão XIII, da Igreja católica, por exemplo), enquanto outras surgiram em período recente.

Enquanto que as primeiras áreas foram ocupadas por iniciativa dos próprios moradores, outras foram inteiramente erigidas pelo poder público. Este é o caso da Nova Holanda: construída no ano de 1962 enquanto um Centro de Habitação Provisório (CHP) no intuito de abrigar famílias oriundas de favelas removidas. A partir deste exemplo, podemos perceber o quanto a história da Maré está profundamente entrelaçada com a história da própria cidade do Rio de Janeiro.

¹ O Censo Maré 2000 foi realizado pelo CEASM (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré).

² Em 1930, a população da cidade deveria se situar em torno de 1.400.000 pessoas. Duas décadas mais tarde, essa mesma população havia quase que dobrado de tamanho (ABREU, 2006, p. 96).

A década de 1960 foi notadamente marcada pela chamada política de remoção de favelas, que teve início durante a gestão do governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda (1960-1965). Durante a vigência desta política repressora (desde 1961 até o ano de 1973), foram removidas total ou parcialmente 65 favelas, com a transferência de 175.785 indivíduos (PERLMAN, 1981, p.242).

Erigido pelo poder público em caráter provisório, o Centro de Habitação Provisório da Nova Holanda permanece até os dias atuais. A população que inicialmente seria transferida, uma vez mais, para habitações definitivas, acabou sem ter destinação. Com o decorrer dos anos, os próprios moradores buscaram promover melhorias em seus locais de moradia. A Nova Holanda é hoje constituída por prédios de alvenaria de até cinco pavimentos, o que demonstra a expansão vertical que o local vem sofrendo desde a sua fundação. Permanece o padrão das ruas retilíneas e traçado cartesiano como inicialmente projetado.

A área total da Maré conta atualmente com dezesseis escolas de Ensino Fundamental e duas de Ensino Médio. Ainda de acordo com o Censo Maré, 94 % das crianças em idade de 7 a 14 anos estão matriculadas nas escolas³. Podemos verificar a partir destes dados que a população residente da Maré possui razoável acesso à educação pública.

Destas dezesseis escolas, quatro se localizam em Nova Holanda: Escola Municipal Nova Holanda, Ciep Elis Regina, Ciep Samora Machel e Ciep Helio Smidt. É neste contexto que se insere minha pesquisa sobre as “explicadoras” da Nova Holanda.

A pesquisa de cunho etnográfico buscou desvendar os processos informais de escolarização que ocorrem paralelamente ao sistema público de ensino. Pois as crianças e jovens atendidos pelas “explicadoras” estão matriculados em alguma das muitas escolas do entorno. Sendo assim, procurei compreender em que consiste este tipo peculiar de docência, e quais os motivos estariam relacionados com a formação de uma clientela.

Explicadoras na Nova Holanda: Especulações acerca de uma categoria

Em que consiste o ofício de uma “explicadora”? Que características seriam recorrentes aos casos analisados? A partir de uma abordagem comparativa, salientamos que enquanto alguns elementos apresentam pouca diferenciação, outros, ao contrário, variam muito conforme o caso. Isto se refere aos aspectos singulares de cada uma das “explicadoras”: número de alunos atendidos, formas de atuação pedagógica, tempo em que exercem o ofício, faixa etária, organização do espaço das aulas, formas de pensar e agir, enfim, elementos que, tomados em conjunto, particularizam as trajetórias pessoais e profissionais de cada uma destas personagens.

No total, foram contatadas treze “explicadoras”, sendo três no Parque União e nove na Nova Holanda. Na medida em que estabelecia contatos, privilegiei alguns

³ Ainda segundo o Censo Maré 2000, a taxa geral de ingresso do ensino fundamental no Brasil é de 94,9 %, percentual aproximado do caso Maré. De acordo com a mesma fonte, a pesquisa realizada pelo Observatório Social da Maré afirma que a situação das crianças fora da escola no contexto em questão se relaciona às condições de “vulnerabilidade social das famílias em questão”: desemprego dos pais, ingresso precoce das crianças no mercado de trabalho, conflitos familiares e determinadas doenças que afetam um ou mais membros da mesma família. Deste modo, a falta de vaga nas escolas existentes não seria um fator determinante, pois o número de alunos inscritos nas mesmas modifica-se de acordo com a sua localização geográfica e, não exclusivamente, em relação ao potencial disponível de matrículas oferecidas em cada escola.

informantes em detrimentos de outros, seja por acreditar que isto me permitiria uma abordagem mais profícua, seja pela maior abertura e afabilidade que me era proporcionada. Assim, assisti aulas de duas “explicadoras” no Parque União e de cinco na Nova Holanda, tendo realizado sete entrevistas (abertas e semi-estruturadas).

Trata-se de um ofício predominantemente feminino, o que não impediu que eu encontrasse dois representantes do gênero masculino. Um deles era um jovem de dezessete anos que ajudava sua mãe na tarefa de “explicar”. Neste caso, por ter terminado o ensino médio há pouco tempo, se responsabilizava pelos alunos cujos conteúdos escolares seriam mais específicos e difíceis. O outro “explicador” se destaca não apenas pelo gênero como também pela sua forma de atuação. Ele se define como um “professor particular”, que dissipa as dúvidas pontuais dos alunos numa determinada área do conhecimento. Afirmou distinguir-se das demais “explicadoras” por atender a apenas um aluno por vez e cobrar por hora/aula (e não mensalmente). Além do mais, diz que seu ofício não consiste em ocupar o tempo das crianças, pois ele “*não é creche*”. A partir da descrição deste caso, que se limitou a uma conversa sucinta no período inicial da pesquisa, já podemos aferir de que modo o ofício de uma “explicadora” se diferencia do ofício de um “professor particular”.

Ao contrário dos “professores particulares”, as “explicadoras” atendem a mais de uma criança por vez. Geralmente, os alunos freqüentam uma das turmas disponíveis com freqüência de cinco dias na semana. A maior parte das “explicadoras” recebe dois ou três grupos por dia, em horários fixos: uma turma de manhã e duas à tarde, por exemplo. Assim, os alunos que estudam na escola pela manhã devem freqüentar a “explicadora” no turno da tarde e vice-versa.

Além do mais, as “explicadoras” acompanham de forma contínua a vida dos alunos. Não se trata somente de dissipar dúvidas pontuais dos conteúdos escolares. E sendo assim, acredito que elas estabeleçam uma relação de grande proximidade e afeição para com eles, influenciando-os em diversos aspectos de suas vidas. Voltaremos em seguida a este ponto.

É importante salientar que o termo “explicadora” é bastante usual nas classes populares, não estando presente, no entanto, nas classes médias e altas. Nestes casos, é bem mais comum o recurso do “professor particular”, cujas aulas são, em geral, individualizadas e esparsas. Assim que os alunos estejam aptos a tirar boas notas no colégio sem a ajuda de um “professor particular”, é bastante plausível que deixem de freqüentar suas aulas.

Outra diferença com relação ao “professor particular” se refere ao pagamento. No caso das “explicadoras”, além das aulas serem pagas em parcelas mensais, são bem mais baratas. Espera-se que o aluno as freqüente ao longo do ano letivo, sendo comum a cobrança da taxa de matrícula anual, o que reforça o caráter contínuo e sistemático da atividade.

Quanto à escolaridade, a maior parte das “explicadoras” da Nova Holanda e do Parque União completaram o Ensino Médio, sendo que três delas cursaram o “Normal” (ensino voltado para a formação de professores). Apenas uma completou somente o antigo ginásio (9º ano do Ensino Fundamental). Mas ainda que detenham alto capital escolar no contexto local, elas possuem formação genérica. Não são especialistas em uma determinada área do conhecimento, pois o papel de “explicadora” está atrelado ao domínio dos saberes escolares de forma ampla e não especializada, em contraste com o “professor particular” que possui formação específica. Elas têm de lidar com a multiplicidade do currículo escolar, perpassando pelos vários conteúdos das disciplinas. Não é à toa que grande parte das “explicadoras” atende exclusivamente às séries iniciais, cujo nível de complexidade e profundidade ainda é relativamente limitado.

De acordo com minha pesquisa de campo, a requisição do serviço de uma “explicadora” na Nova Holanda varia entre R\$ 25,00 e R\$ 38,00 mensais. A formação do preço de mercado pareceu-me um aspecto interessante. Isto porque se tratando de uma atividade informal cujos agentes afirmam não se conhecer pessoalmente, surpreendeu-me que houvesse tamanha padronização dos preços (o preço máximo e o preço mínimo são exemplos extremos. O preço situa-se, em geral, por volta de R\$ 35,00). Não há tabela que defina o valor a ser cobrado, o que nos leva a crer que este seja fruto de uma relação superficial entre concorrentes, mediada pela vizinhança.

O tempo de ofício e a faixa etária apresentam grande variação: A “explicadora” mais antiga na área havia completando duas décadas de carreira, enquanto a mais nova lecionava há apenas alguns meses. Enquanto a primeira tornou-se “explicadora” aos dezessete anos de idade, a segunda teria completado justamente dezessete anos. Com isso, constatamos que este é um recurso utilizado há bastante tempo na localidade.

O tempo é precisamente um fator de importância na consolidação de qualquer carreira profissional. Se algumas “explicadoras” possuem vasta experiência de trabalho, tendo conquistado fama pela vizinhança, outras seriam ainda principiantes, restando-lhes um longo caminho a percorrer. Isto teria influência no número de alunos atendidos, que depende, em grande medida, da notoriedade alcançada por cada uma. É através das conversas travadas entre os vizinhos que as “explicadoras” fazem carreira.

A partir da observação de campo, suponho que exista uma gradação quanto ao nível de organização e formalização. A disposição das salas de aula é bastante variável. Em alguns casos, encontramos um padrão muito similar à escola, com carteiras escolares, quadro branco com pilot, estantes de livros, mural, etc. Muitas “explicadoras” buscam constituir um ambiente propriamente escolar, o que implica não somente na presença de objetos que remetem a este universo, mas também na existência de regras que expurguem a informalidade. São normas que regulam a relação com as famílias do alunado, com os alunos e até mesmo com os seus próprios familiares. Algumas podem estar expressas em códigos, como é o caso do contrato exigido por algumas “explicadoras” para que as famílias se certifiquem de antemão das implicações que se seguem ao contraírem este tipo de serviço. Além do contrato inicial, há também o carnê mensal, garantia de que o pagamento do mês foi efetuado. Deste modo, as “explicadoras” tentam evitar eventuais conflitos decorrentes da inadimplência, garantindo a veracidade de sua palavra através de um documento impresso.

As aulas das “explicadoras”

Após termos explicitado alguns elementos que configuram nosso objeto de estudo, passamos a descrever em que consistem propriamente as aulas ministradas pelas “explicadoras”. De modo geral, as aulas têm duração de duas horas. Ocupam, portanto, apenas uma parcela do tempo diário das crianças. Estas freqüentam alguma das escolas da região e podem participar de alguma das muitas atividades complementares de estudo ou de lazer existentes na Maré.

Mas em que consiste propriamente a aula de uma “explicadora”? Afirmo que sua função não se restringe apenas a “explicar” conteúdos propriamente escolares. Elas devem suprir demandas mais abrangentes. Contudo, antes de especularmos mais a fundo sobre essa questão, afirmamos que as aulas por elas ministradas devem ser compreendidas levando-se em conta a complexa relação que estabelecem com a Escola. Podemos alegar que a função primordial exercida pela “explicadora” durante este tempo

está profundamente relacionada a um dispositivo essencial do ensino escolar: os exercícios. Estes são instrumentos de reforço e avaliação utilizados pelos professores a fim de avaliar o rendimento do aluno.

Logo ao chegarem a casa da “explicadora”, os alunos tomam seus lugares e começam a fazer os “deveres de casa”. Eles estão ali justamente para que a “explicadora” lhes auxiliem nesta tarefa. Quando possuem dificuldade, chamam-na para que “explique” a lição. Deste modo, as aulas não são unificadas, já que as turmas são multi-seriadas e os alunos estão matriculados em escolas diversas.

As “explicadoras” dispõem uma atenção pormenorizada, já que cada aluno possui demandas específicas. Geralmente, ela atende um a cada vez, mas ocorre também de os alunos estarem desempenhando uma mesma atividade, formando um “grupinho”. Dependendo do arranjo da sala, a “explicadora” pode ter maior ou menor mobilidade. Ela pode ir até os alunos a fim de verificar o que estão fazendo ou, ao contrário, os alunos podem levantar-se de seus lugares para requisitá-la. Às vezes, forma-se uma fila em frente ao assento da “explicadora” para que ela possa atender a todos.

Quando os alunos não trazem os “deveres de casa” vindos da escola, cabe à “explicadora” elaborar outra atividade. Para tanto, ela apronta folhinhas de exercícios mimeografadas, podendo também utilizar o “caderno da explicadora”. Este caderno é requisitado aos pais logo ao início do contrato. Nele, a “explicadora” confecciona exercícios extras. Também é comum o uso do caderno de caligrafia “*para melhorar a letra*”.

Note-se que as atividades efetuadas em sala de aula não se diferenciam substancialmente das de uma escola tradicional. Os alunos fazem os exercícios tendo por fim imediato o reforço dos conteúdos escolares. Há uma preferência pela tabuada e pelo ditado, este sendo realizado em conjunto pela turma. A separação de sílabas, as “continhas” e a cópia são também muito apreciados pelas “explicadoras”. A Matemática e o Português são tidos como disciplinas de maior relevância, sendo que as demais, como História, Geografia e Ciências, só aparecem sob a forma de “deveres de casa”.

Ao término da aula, os alunos deverão ter terminado os “deveres de casa” e/ ou os deveres da “explicadora”. Antes que sejam liberados para casa, a “explicadora” deverá corrigir cada caderno pessoalmente. Caso o aluno não tenha terminado os deveres, poderá ficar depois do horário até completar o que falta, ou continuar no dia seguinte. Isto depende da disponibilidade da “explicadora” em permanecer com o aluno e do acordo estabelecido com pais quanto ao horário (os alunos podem dispor de maior ou menor autonomia quanto trajeto percorrido diariamente. Alguns pais ficariam bastante preocupados com o atraso dos filhos, enquanto outros não se preocupariam tanto). Muitas vezes, o aluno que tiver feito “corpo mole” durante a aula, buscando artimanhas para não fazer os deveres, pode ser castigado ficando depois do horário.

No decorrer das aulas há também espaço para o lazer. Quando os alunos terminam suas tarefas diárias podem brincar com os colegas, desenhar e pintar as folhinhas próprias para este fim. Há também a hora do lanche que pode ocorrer no meio da aula ou no final. Em alguns casos não há um momento preciso para o lanche, e os alunos pedem autorização para lancharem durante a aula. O lanche é sempre trazido de casa, não sendo permitido sair para comprá-lo. Porém, não é obrigatório.

De todo modo, ressaltamos o significado desta atividade no processo educacional das crianças e jovens. O lazer não é exatamente um momento livre, onde os alunos podem agir conforme suas vontades. Mas ao contrário, é firmemente controlado e vigiado pelas “tutoras”. Assim, os alunos são constantemente instruídos quanto ao comportamento adequado e quanto aos valores “corretos” a serem adotados.

Vogel (1994) afirma que “sujeira” e “limpeza” são questões apropriadas quando se trata de crianças, sendo parte essencial do processo de socialização, tanto na família quanto na escola. Desde pequenos, somos familiarizados com certos hábitos de higiene considerados adequados. Para tanto, é necessário o exercício da violência pedagógica, sendo os castigos e sermões, medidas adotadas com este intuito.

Sendo assim, a hora do lanche é também quando são adquiridas noções de higiene, gentileza, respeito, enfim, um conjunto de competências que poderiam ser definidas por “bons modos”. “*Comer sem fazer bagunça*”, ou seja, sem falar de boca cheia, sem deixar cair farelos e restos de alimentos no chão, sem causar alvoroço, é condição indispensável.

As “explicadoras” estimulam os alunos a oferecerem e compartilharem seus alimentos com os demais. Devem perguntar: “*Você aceita?*” / “*Você está servido?*”. No caso de aceitarem, devem sempre agradecer pela gentileza. Cabe destacar que minha presença em sala não poderia passar despercebida. Sendo uma visita, uma pessoa “de fora”, deveria ser tratada com toda a “educação”: “*Pergunte a ela se está servida*”. Minha impressão sobre os alunos não poderia, assim, ser outra senão a de meninos ‘bem educados’ e gentis. E as “explicadoras” disso faziam questão: que eu saísse bem impressionada de seus alunos e do papel que elas cumpriam com esta finalidade.

A ação pedagógica deve ser legitimada por meio de sanções socialmente garantidas pela instituição escolar (Bourdieu, 1982). Sendo assim, de onde emana a autoridade pedagógica das “explicadoras”? Diferentemente dos professores, elas não encontram respaldo na estrutura escolar institucional. Acredito, no entanto, que elas exerçam uma dupla autoridade. Além de serem encaradas como professoras por encarnarem um papel muito similar (ainda que fora do âmbito institucional), são obviamente donas de suas próprias casas. Elas podem interditar suas salas de aula a quem for.

A “explicadora” deve controlar tudo aquilo que se passa em aula. Além de exercer autoridade sobre os aprendizes, ela vai ditar o ritmo de uma temporalidade própria, anunciando as fases sucessivas de cada aula. Não é à toa que em todas as salas, o relógio fosse um instrumento sempre presente, pois ele marca as transformações contínuas do ambiente: a entrada e saída dos alunos e a alternância entre as diversas atividades e a passagem gradual da sala de aula a simples cômodo domiciliar.

As Salas de Aula

Mas em que parte da casa as aulas são realizadas? O terraço, a sala de jantar, a sala de estar, a cozinha, qualquer ambiente pode potencialmente ser transformado em sala de aula (até mesmo a casa inteira). As “explicadoras” diferem muito quanto aos recursos que possuem: algumas podem dispor de um espaço próprio para dar aulas, ao passo que outras necessitam utilizar as áreas de convívio comum aos seus familiares.

Contudo, ainda que alguns desses espaços gozem de certa autonomia em relação à totalidade da casa, nunca estão totalmente isolados do cotidiano doméstico (talvez isto seja até mesmo impossível). Descreveremos algumas das salas de aula visitadas ao longo da pesquisa a fim de dar uma idéia geral sobre o objeto que estamos perscrutando.

O terraço é bastante utilizado pelas “explicadoras”. Talvez seja dentre todos os ambientes, o mais isolado (ainda que para acessá-lo seja preciso passar por outros cômodos). Contudo, oferece vantagens pela provável amplitude (corresponde a um andar do edifício), bem como por preservar a privacidade da casa. Para além das

atividades de lazer, o terraço é utilizado também com outros fins, como depósito, oficina, quintal (onde se estendem roupas, e se criam animais), e em nosso caso, para dar aulas.

O terraço (ou laje) é a expansão vertical da casa, podendo vir a se tornar uma nova unidade domiciliar. Caso isto ocorra, o piso pode ser alugado ou comprado por uma família externa, ou pode ser usado como moradia por membros da família original.

A “explicadora” Luciana começou a dar aulas no terraço da casa de sua mãe, onde morava. Após ter constituído sua própria família, mudou-se para outra casa na Nova Holanda, embora permaneça utilizando o mesmo espaço para as aulas até os dias de hoje. O acesso ao terraço se dá por uma escadinha bastante estreita, de degraus irregulares. Ao subirmos, passamos diante da sala de estar do segundo pavimento, que constitui a atual moradia de sua mãe. O pavimento térreo abriga uma lojinha de roupas que pertence à sua irmã.

O terraço retangular possui uma parte coberta e outra descoberta. Na parte coberta, Luciana arranjou sua sala de aula. Há carteiras escolares junto às paredes e uma mesa no centro, com dois bancos de madeira que, embora pequenos, podem abrigar até oito alunos (quatro de cada lado). A mesa é baixa: os alunos maiores têm que ficar curvados sobre os cadernos. Na parede oposta às carteiras escolares, próximo à escada, está o lugar habitual da “explicadora”. Quando os alunos têm dúvidas, encaminham-se a ela. Nesta mesma parede, se apóia uma cômoda, onde estão guardados alguns livros, cadernos e outros materiais didáticos. O calendário, as datas dos aniversários mensais e alguns lembretes estão expostos em murais decorados com motivos infantis, pendurados nas paredes. Prateleiras forradas com papel colorido guardam recipientes de vidro que armazenam algodão, palitos de sorvete, massinha. A área coberta com folhas de zinco separa-se da área descoberta por uma parede. Há também um pequeno banheiro e uma geladeira com água gelada, que podem ser utilizados pelos alunos. A sala de aula me parece como uma escolinha primária “congelada” no tempo. Os objetos estão gastos; os motivos decorativos, desbotados. E, no entanto, o cotidiano das aulas revigora, a cada dia, a velha escolinha da “explicadora”.

No caso de Maristela, a sala de jantar foi transformada em sala de aula. Ao adentrarmos sua casa, passamos por uma pequena varanda que é também sua área de serviço, onde há um varal e uma máquina de lavar. Inúmeras gaiolas são penduradas ao teto, pois seu marido é colecionador de pássaros. Durante suas aulas, ouvimos o cantar desses bichos. Em seguida, entramos em sua sala de estar em forma de L. As paredes são brancas, assim como o chão azulejado. Dois sofás e uma estante com fotos e lembranças de família estão dispostos. A porta da cozinha está diametralmente oposta à entrada. A curva do L dá acesso a outro cômodo: a sala de jantar. Há uma grande mesa quadrada de tampo de vidro, onde os alunos se acomodam. A janela está voltada para a rua, de modo que através dela podemos, ao mesmo tempo, nos relacionar com o mundo externo. As paredes são pintadas de azul celeste. No canto esquerdo, no fim da sala, uma estante de prateleiras guarda livros e cadernos. Defronte a este objeto, uma velha geladeira azul.

Já Ana Cristina começou o ofício na cozinha de sua mãe, quando era bastante jovem. Com o passar dos anos e a expansão vertical da casa, os pais se mudaram para o andar de cima e a cozinha foi se caracterizando cada vez mais enquanto ambiente escolar. Ao entrarmos pela porta principal da casa nos deparamos com duas opções: a escada à frente dá acesso aos pisos superiores e uma saleta à direita dá acesso aos demais cômodos do térreo. Ultrapassando a saleta, composta por uma estante com televisão e um sofá, dobramos inevitavelmente à esquerda aonde chegamos a um

corredor estreito que nos leva a dois dormitórios e ao final, à antiga cozinha da casa original, onde as aulas acontecem.

É uma sala bem pequena e por isso, o corredor serve como sua extensão. Um basculante no canto superior ajuda a aliviar o calor. Há dez carteiras escolares, sendo que duas estão localizadas no corredor, por falta de espaço. Todos os objetos da sala parecem novos: o quadro branco, onde a “explicadora” escreve com pilot, o ventilador de teto, as carteiras, a pintura verde limão da parede. No canto da sala, uma bancada esconde a bomba d’água que, quando ligada, faz com que a aula seja bastante barulhenta. Ao lado, uma porta para o banheiro e em cima desta bancada, prateleiras com muitos livros didáticos, enciclopédias, Atlas. Nas paredes, fotos das turmas de diversas épocas. Um mural metálico exhibe a data dos aniversários, a lista de telefones dos alunos, algumas fotos e as “características do amigo verdadeiro”. Trata-se de uma folha mimeografada com o desenho de um boneco que segura um livro e que possui as seguintes características:

“Olhos capazes de ver o que você realmente é, ouvidos prontos para ouvir, boca cheia de atenciosas e encorajadoras palavras, mãos sempre ajudando e oferecendo, pés cansados de passar boas horas com você, mas ainda ágeis para ir te ajudar, cérebro alerta e sensível para com seus pensamentos e sentimentos, coração amável e humilde, braços fortes o suficiente para carregar as suas cargas, joelhos gastos por orar por você”.

Dois irmãos e um primo de Ana habitam os dormitórios contíguos à sala de aula. Constantemente passam pelo corredor para entrar em seus aposentos, muitas vezes, dando uma passadinha para cumprimentar os alunos. No corredor estreito, em frente às portas dos dormitórios, há um bebedouro, uma estante metálica com mais livros e um espelho. Como não há divisórias entre a sala de aula, o corredor e a saleta, podemos facilmente corrê-los com os olhos. De um dos lados da sala de aula temos contato com a janela da saleta que se abre para a rua. Assim, a “explicadora” freqüentemente cumprimenta os passantes. Caso estes sejam íntimos, são convidados a entrar para uma breve conversa. Uma jovem prima de Ana, por exemplo, entra freqüentemente na casa apenas para se olhar no espelho, enquanto um dos alunos a espia maliciosamente.

A janela merece um breve destaque. É um canal aberto ao “mundo da rua”. Funciona enquanto um filtro que seleciona aquilo que deve ou não penetrar o espaço doméstico. É através dela que os membros da casa escolhem quem pode entrar pela porta. E embora a “casa-escola” seja um “porto seguro” (motivo de alívio dos pais), não se encontra totalmente isolada do espaço público. A janela aberta pode ser convidativa aos vizinhos que passam em frente a casa e cumprimentam a “explicadora” pela janela, podendo entrar na sala de aula para uma rápida visita. A janela se fecha nos dias de maior “agito”, protegendo o recinto dos perigos externos. É também através dela que ocorre a maior parte dos contatos travados com os pais de alunos, quando estes trazem ou buscam seus filhos.

O caso que mais se aproxima da idéia de “casa-escola” parece ser o da “explicadora” Andréa. Do lado de fora, visualizamos uma casa como outra qualquer: uma construção de dois pavimentos com gradil de ferro na entrada e uma escada caracol externa que dá acesso ao segundo andar. Porém, ao prestarmos maior atenção aos detalhes, notamos indícios do tipo de atividade que ali se realiza. O gradil separa a rua de uma pequena varanda, onde estão espalhados alguns desenhos e cartazes com motivos infantis. “*Estudar é abrir o caminho para um lindo futuro*” são os dizeres fixados na entrada da casa. A pequena varanda nos leva à parte interna. Sua habitação

possui apenas um cômodo com cozinha e banheiro (o segundo pavimento possui entrada separada, sendo habitado por outra família).

O aspecto peculiar deste caso é que as aulas ocorrem em todo interior do domicílio, não havendo distinção entre ambiente escolar e ambiente doméstico. Há, no entanto, uma parede que separa a sala da cozinha, dotando estes espaços de relativa autonomia. Na sala, utilizada à noite como dormitório, os alunos sentam-se em três mesinhas de ferro, distantes cerca de um metro e meio uma da outra. Por serem dobráveis, as mesinhas eventualmente são recolhidas e encostadas num canto. No horário de aula, entretanto, os móveis ocupam quase todo o espaço, sendo que para chegarmos à cozinha, temos que nos desviar dos obstáculos.

Ao entrarmos na casa e ultrapassarmos a varanda que nos permite o acesso a esta sala, vemos uma primeira mesinha no lado esquerdo, apoiada na estante do computador. Em frente a este móvel, na parede oposta, uma estante com livros e ao lado desta, a segunda mesinha. Na mesma parede, uma cômoda onde se apóiam alguns objetos pessoais, como porta-jóias, caixinha de música, celular e artigos de beleza. Há também um espelho comprido e quadros com motivos paisagísticos. Na parede esquerda, ao lado da estante do computador, um grande armário de madeira. A terceira mesinha está localizada no canto esquerdo, entre este móvel e a parede que separa a sala da cozinha. Um sofá-cama se recosta nesta parede, servindo de assento a um dos lados da terceira mesinha.

Ao lado do sofá, uma passagem sem porta nos leva à cozinha. Atravessando esta passagem, vemos uma mesa de madeira, retangular, baixa, com espaço para cerca de seis alunos, e que ocupa quase todo o espaço. Pendurado na parede que separa os dois ambientes, um objeto um tanto quanto costumeiro do mundo escolar: o quadro negro e acima deste, uma ilustração do eclipse solar. Ao fundo da área, a pia e o fogão e ao lado esquerdo, os armários e a geladeira. No canto esquerdo, um estreito espaço abre passagem para o banheiro. Ali, há uma pequena estante onde os “cadernos da explicadora” ficam guardados. A primeira coisa que os alunos devem fazer é procurar por seus cadernos para então se sentar.

Não há lugar marcado. Os alunos escolhem seus assentos de acordo com suas preferências e afinidades. Há casos, entretanto, em que Andréa indica lugares específicos para determinados alunos com o intuito de facilitar o trabalho pedagógico e o controle do que se passa durante as aulas. Um aluno que ela julgue “fraco” deve sentar-se próximo, assim como os “indisciplinados”.

A separação, ainda que parcial, entre dois ambientes exige uma maior vigilância. Andréa tem que estar alerta para que todos possam ser atendidos. Ela circula a todo o tempo pela casa, do mesmo modo como os alunos. Estes podem trocar de lugar e passar de um cômodo a outro, o que, aliás, fazem com frequência. Esta “casa-escola” me impressionou justamente por seu constante rearranjo. Sua dinâmica faz com que não nos demos conta do passar das horas.

As aulas são divididas em três turnos intercalados (14h 30, 16h 30 e 18h 30), embora não sejam cumpridos à risca. Ao contrário das demais casas visitadas, bem como da escola, os alunos não chegam todos de uma vez só num horário determinado, mas vão chegando e saindo gradativamente, o que ocorre de forma tão sutil que mal notamos a transição das turmas.

Por todos os aspectos acima descritos, acredito que a “explicadora” Andréa é aquela cuja vida privada está mais exposta aos alunos. Não há nenhum espaço sequer dentro de sua casa que não seja, ao mesmo tempo, escola. Além do mais, sua casa está aberta aos alunos nos fins de semana para que almozem, estudem, brinquem e lhes façam companhia. Toda a dicotomia que tratamos aqui, ou seja, vida doméstica e vida

pública; família e escola; trabalho e casa; parece estar, neste caso, densamente misturada.

Educação para a diferenciação

Devo comentar uma idéia interessante que me passou pela cabeça enquanto realizava a pesquisa de campo na casa de Andréa. Seu ambiente realmente me cativou. A fluidez das aulas, o bem-estar e o carinho mútuo que “explicadora” e alunos nutriam fez com que eu, por um momento, acreditasse estar diante de uma escola “ideal”. Uma escola dentro de um lar, cujas aulas eram monitoradas por um sujeito amável, quase membro familiar, que abre as portas de sua intimidade até mesmo aos fins de semana. Além do mais, uma escola que agrega as diferenças, com alunos de diferentes idades e níveis de conhecimento estudando juntos. Alunos contentes por estarem à vontade e que retornam a “casa-escola” fora do horário estipulado simplesmente porque gostam de estar ali.

Este modelo parece essencialmente divergente do modelo escolar institucional. Ele parece estar ao menos, mais próximo da “vida” do alunado. Não podemos esquecer que as “explicadoras” participam de uma rede de relações de vizinhança, o que por si só já lhes garante uma maior proximidade com os alunos. Elas conhecem o cotidiano do local, seus personagens notórios, os eventos mais marcantes, os códigos que regulam a convivência. Embora reconhecidas socialmente pela alta escolaridade que lhes confere prestígio e distinção, as “explicadoras” compartilham de um mesmo conjunto de valores e de uma vida comunitária.

Estudos realizados em instituições escolares cariocas (RAMOS, 1978); (EARP, 2006) apontam para o que Pierre Bourdieu designou como teoria do capital lingüístico e cultural (BOURDIEU, 1982; 1987). Sob esse termo, entende-se o processo pelo qual a linguagem escolar é inculcada nos alunos, de modo que aqueles que provêm de um meio social mais privilegiado possuem, de antemão, maiores chances de decifrar os códigos da vida escolar. Isto porque a cultura transmitida e enaltecida pelo sistema de ensino se encontra mais próxima da cultura dominante, de modo que as diferentes frações de classe a apreendem de forma desigual. E sendo assim, verificamos como a escola, tanto através de uma política educacional mais ampla (adoção de currículo unificado e distribuição de recursos, por exemplo), quanto através de seus agentes institucionais no plano local (direção, professores e outros funcionários em interação entre si, com os alunos e com a vizinhança) contribui para legitimar a distância entre a cultura escolar (próxima à cultura erudita) e a cultura das classes populares.

Isto se relaciona com a hipótese de que as “explicadoras” estariam atuando como “tradutoras” dos conhecimentos escolares. Elas “falam a mesma língua” dos alunos, na medida em que estão inseridas de forma profunda em seu universo cultural. De uma maneira um tanto simplificada, acredito que as “explicadoras” atuem como mediadoras entre “cultura popular” e “cultura erudita”, possuindo instrumentos para decodificar universos culturais distintos. Encontramos aqui um forte fator para o sucesso de seu empreendimento.

Mas logo descartei a suposição de que o modelo escolar que estamos investigando poderia se aproximar de modelos escolares inovadores. Ainda que assumam uma postura crítica em relação às escolas e ao sistema público de ensino, as “explicadoras” agem pautadas numa perspectiva tradicional de educação. As atividades

propostas são quase sempre ditadas pelo currículo escolar. Quando sobra tempo, as “explicadoras” privilegiam exercícios como o ditado, a cópia e a tabuada.

Obter “educação” passa ao largo da mera aquisição de um diploma escolar, ainda que este seja um instrumento importantíssimo na definição do status social. “Educar-se”, na concepção que estamos tratando, é sinônimo de “civilizar-se”. No dizer de uma “explicadora”: *“Não é porque moramos numa ‘comunidade’ que temos que ser ‘favelados’. Eu ensino isso a eles. Tem que saber se comportar, ter higiene, modos à mesa, comer de talher”*.

Mas como elas são capazes de operar essa transformação nos alunos? Eu diria que para respondermos esta questão, temos que retomar o tema da autoridade pedagógica. A relação que a “explicadora” estabelece com os alunos consiste tanto num rígido autoritarismo por um lado, quanto numa grande afeição, por outro. Se os alunos aceitam a autoridade de bom grado, cumprindo com as tarefas estabelecidas, não sofrerão medidas punitivas. Caso contrário, as “explicadoras” colocarão em ação inúmeras estratégias, que variam bastante conforme os aspectos singulares de cada caso.

Em geral, a primeira estratégia de que se utilizam é a persuasão dos alunos através de uma conversa. Deste modo, tentam obter sua confiança e amizade, a fim de que se convençam de que o melhor para eles mesmos é a submissão à sua autoridade. Se o aluno persiste em sua rebeldia, pode ser castigado. Ficar depois do horário até terminar os deveres parece ser uma das sanções mais comuns. Repetir uma mesma sentença inúmeras vezes numa folha de papel, como por exemplo: *“Não devo desobedecer...”*, também é bastante utilizado, tanto durante quanto ao término da aula. O aluno “rebelde” pode ficar isolado dos demais por alguns minutos, refletindo sobre a sua “má ação” num canto da sala.

Se nenhuma dessas estratégias for satisfatória, o próximo passo é a comunicação com os pais. Afinal, elas repetem a velha máxima de que *“educação vem de casa”*. E sendo impossível “dobrar” a personalidade do aluno em seu domínio, a solução é voltar-se ao grupo primário⁴. Este parece ser um método eficaz de controle da indisciplina: *“Você está ‘enrolando’ seus pais, a mim e a moça que seus pais pagam pra tomar conta”/ “Espere aí que vou ligar pro teu pai agora mesmo”* são ameaças recorrentes durante as aulas. Em última instância, quando nem mesmo os pais conseguem obter a transformação do comportamento do aluno, ocorre a sua expulsão. Os pais são então comunicados de que seus filhos não poderão mais assistir às aulas da “explicadora”. Neste momento, eles podem apelar por uma segunda chance, cabendo a ela a decisão final.

As “explicadoras”, assim, encontram maneiras de garantir seu próprio sucesso, assegurando, do mesmo modo, sua “boa fama” na vizinhança. Alunos considerados “bagunceiros”, “indisciplinados”, “rebeldes”, ou seja, “aqueles que não querem nada com o estudo”, não são bem-vindos. Caso insistam em adotar o “mau comportamento” e, na medida em que elas não encontrem nos pais a colaboração que entendem necessária, devem simplesmente dispensá-los de suas aulas. Mas é importante salientar que, antes que isso ocorra, elas tentarão convencer o aluno a adotar uma perspectiva “pró-escola”.

As “explicadoras”, portanto, são agentes promotoras da cultura escolar, ainda que estejam fora do âmbito institucional. Não é à toa que as “explicadoras” se preocupam com a chegada da adolescência. Nesta fase, é quando os alunos “viram a

⁴ O grupo primário é a primeira instância de socialização do indivíduo. É no seio da família que as primeiras noções de entendimento do mundo são forjadas. Os grupos secundários se referem às demais instâncias de socialização do indivíduo. Tais conceitos estão presentes na obra de Peter Berger e Thomas Luckmann “A Construção Social da Realidade”.

cabeça”, deixando de lado a vida escolar, e desafiando a autoridade dos adultos. A partir daí, “*eles só querem saber de amizade*”, nos termos de uma “explicadora”. O grupo de colegas ganha um peso muito maior na definição da conduta, diferentemente da fase anterior quando família e professora/ “explicadora” eram instâncias praticamente inabaláveis.

Certos valores e comportamentos devem ser estimulados e introduzidos no aluno, a fim de que ele se torne um sujeito respeitável tanto nos círculos mais circunscritos de sociabilidade quanto nas esferas mais amplas (mascar chicletes e utilizar o que elas classificam como “gíria de bandido” são exemplos de condutas reprováveis).

Creio que as “explicadoras” sejam agentes fundamentais na construção do “habitus” individual. Não se trata somente de adquirir escolarização, mas sim de incorporar um modo de ser. As “explicadoras” fazem parte de um projeto de ascensão social almejado pelas famílias, através da escolarização dos seus filhos e da conseqüente obtenção de competências adequadas a esse novo status.

Considerações Finais

O intuito deste artigo foi abordar alguns elementos que foram levantados em minha dissertação de mestrado. Por ora, busquei explicitar em que consiste o ofício de “explicadora”, bem como demonstrar o que se passa no espaço de suas aulas.

Acredito que a posse de um alto capital escolar num contexto de baixa escolaridade motive alguns indivíduos a entrever um meio de sobrevivência através das aulas de “explicação”. Todavia, encontramos também um caráter altruístico nesta atividade, na medida em que essas personagens estão profundamente engajadas numa transformação positiva do local onde vivem através da educação de crianças e jovens. Entretanto, além do capital escolar, há outros atributos indispensáveis ao desempenho deste papel. É necessária a vocação para o ensino, que envolve tanto a paciência para com os alunos quanto o exercício da autoridade. Muitas vezes, estas competências são antes reconhecidas por outro agente que, por sua vez, incentiva o ingresso neste tipo de ofício.

Ao longo das trajetórias, as “explicadoras” acumulam capital social decorrente das relações estabelecidas com a vizinhança. As famílias lhes confiam seus filhos por serem dotadas de uma moralidade “adequada”. Somado a isso, suas próprias famílias são exemplos de sucesso e de distinção dentro da localidade.

Por todos estes motivos, as “explicadoras” são personagens de relativo prestígio dentro do contexto em que se inserem. Elas fazem parte de um projeto de ascensão familiar por meio da obtenção de capital cultural (incluindo o capital escolar), que deverá ser convertido, posteriormente, em benefícios econômicos (os filhos terão mais chances de obter melhor posição no mercado de trabalho). Mas essa projeção de futuro deve levar em consideração a oferta de uma escala de valores moralmente aprováveis. Deste modo, é função da “explicadora” não somente dissipar dúvidas pontuais dos conteúdos aprendidos na escola, mas também a vigilância e o acompanhamento contínuo da vida dos alunos, de modo que sejam socializados “adequadamente”.

Referências Bibliográficas

Abreu, Maurício de Almeida. 1987. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Bourdieu, P. e Champagne, P. 2001. “Os excluídos do interior”. In: Bourdieu, P. *Escritos de educação*. 3. ed. Petrópolis: Vozes.

Bourdieu, Pierre. *O Poder Simbólico*, 2004. Bertrand Brasil.
_____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 1987. Ed. Perspectiva, São Paulo.
_____. *A Reprodução*. 1982. Ed. Francisco Alves.

Ceasm, 2000. *CENSO MARÉ 2000: Quem somos? Quantos somos? O que fazemos?* Rio de Janeiro.

Earp, Maria de Lourdes Sá. 2006. *A Cultura da repetência em escolas cariocas*. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Leeds, Anthony; Leeds, Elizabeth. 1978. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 327 p.

Pearlman, Janice E. 1981. *O Mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Ramos, Maria Tereza Dias. 1979. *Desigualdades Sociais e Oportunidades Educacionais: A Produção do Fracasso*. Rio de Janeiro: IUPERJ.

Souza e Silva, Sandra Monarcha. *O Projeto Rio e a Favela da Maré*. Tese de Doutorado. IPPUR, Rio de Janeiro.

Valladares, Licia do Prado. 1980. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar.

Valla, Victor Vincent Valla (org.). 1986. *Educação e Favela*. Editora Vozes, Petrópolis.

Varella, Dráuzio; Bertazzo, Ivaldo e Jacques, Paola Berenstein. 2002. *Maré: Vida na Favela*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

Vaz, Lilian F. *História dos bairros da Maré*. 1994. Rio de Janeiro: UFRJ.

Vogel, Arno; Vogel, Vera Lúcia de Oliveira; Leitão, Gerônimo E. de Almeida. 1994. *Como as crianças vêem a cidade*. Rio de Janeiro: Palas Editora.